

APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos esta coletânea. Ela reúne os seis artigos premiados no **VIII Prêmio Antropologia e Direitos Humanos Edição 2018 – Antropologia e Direitos Humanos: “violências ativismos e direitos”**, organizado pela Associação Brasileira de Antropologia, na gestão (2016-2018) dos professores Lia Zanotta Machado (presidente) e Antônio Mota (vice-presidente), através da Comissão de Direitos Humanos. Trata-se da oitava edição desse concurso, iniciado em 2000, com o patrocínio da Fundação Ford, até 2008 e continuado com apoio integral da própria ABA. As sucessivas edições do certame tiveram como resultado, além do reconhecimento da temática abordada e dos autores e trabalhos premiados, sete coletâneas reunindo discussões de referência fundamental no campo da Antropologia e dos Direitos Humanos. O objetivo do prêmio é estimular, apoiar e divulgar trabalhos que versem sobre a contribuição da Antropologia para diversas áreas relativas à temática dos Direitos Humanos.

Nessa edição, o prêmio enfatizou particularmente os temas de “Violências, ativismos e direitos”, na expectativa de contribuir para o debate sobre o papel da antropologia e sobre nossa atuação profissional no que diz respeito ao campo dos direitos humanos. Em particular, entendemos que, no contexto atual, esses temas são centrais não apenas para sua reflexão, discussão e divulgação, mas também para a sobrevivência e resistência das antropólogas e antropólogos, bem como dos parceiros e parceiras das nossas pesquisas, atuações e múltiplos engajamentos.

Em um momento em que, desde altos cargos, preza-se publicamente pelo “fim dos ativismos”, chama-se os direitos humanos de “desserviço ao nosso país”, ameaça-se de morte e perseguição aos defensores e defensoras desses direitos, desde a Comissão de Direitos Humanos queremos afirmar a importância de uma antropologia pública, *em e para* a ação, engajada nas suas interlocuções e formas de pensar e agir no mundo. Assim, com essa edição do prêmio e com a publicação desta coletânea, almejamos contribuir na promoção da luta de todas e todos as/os defensora/es de direitos humanos que sofreram e sofrem violências físicas e morais e cujos engajamentos

políticos e sociais têm sido e são fundamentais nas demandas por justiça e por uma sociedade igualitária e democrática. Dedicamos esta publicação à vereadora eleita pela cidade do Rio de Janeiro, mulher negra e favelada, Marielle Franco, brutalmente executada, junto com seu motorista Pedro Anderson Gomes, no dia 14 de março de 2018. No nome dela, reconhecemos e homenageamos a luta de todas as defensoras e defensores de direitos humanos.

Especificamente, em relação à presente edição do Prêmio, destacamos que a mesma teve um total de 32 inscrições, 8 na categoria doutorado, 12 no mestrado e 12 na graduação. Em cada categoria foram concedidos um prêmio e uma menção honrosa, destacando os trabalhos mais bem avaliados, conforme os critérios de: originalidade do tema abordado, pertinência teórico/metodológica, aportes e articulação com a temática dos DH e qualidade da redação. Cada categoria foi coordenada por membros da comissão e contou para o trabalho de avaliação com 27 professores e pesquisadores que colaboraram como pareceristas às cegas de diferentes programas de pós-graduação e instituições de estados diversos. A todos eles agradecemos enormemente a participação e colaboração. Como sempre, contamos com o apoio e o eficiente trabalho de Carine Lemos e de Roberto Pinheiro, da equipe administrativa da ABA, a quem agradecemos também. De forma mais geral, agradecemos o empenho e apoio íntegro da presidenta Lia Zanotta Machado e da atual gestão sob a condução da professora Maria Filomena Gregori e do professor Sérgio Luís Carrara em especial em relação à publicação deste volume.

Por fim, destacamos também que os autores premiados nessa edição representam programas de pós-graduação e cursos de graduação de diversas instituições e estados do Brasil (Amazonas, Bahia, Distrito Federal e Rio Grande do Sul).

SOBRE OS ARTIGOS

Os artigos aqui reunidos abordam diversas temáticas vinculando etnografias realizadas em campos empíricos distintos com discussões em torno a formas diversas de violação e/ou reivindicação de direitos.

Na categoria doutorado, o artigo “Trabalho análogo à escravidão nos piaçabais em Barcelos-Amazonas: Entre a ‘honra’ e a ‘judicialização’”, de Elieyd Sousa de Menezes (PPGAS/UFAM), resultado da orientação do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, apresenta uma etnografia sobre modelos e relações de trabalho entre piaçabais e patrões na região do baixo Rio Negro. O artigo trabalha de modo cuidadoso e criativo a categoria *honra* – associada a outras tais como dívida, troca, reciprocidade, trabalho – articulada numa complexa rede de significados que, ao mesmo tempo que evidencia parte central de um sistema e de um modo de vida, também revela formas de dominação de grupos que detêm os meios de produção sobre aqueles que dispõem de sua força de trabalho. A contribuição deste artigo é clara para os estudos das, assim designadas, populações tradicionais e os processos de desenvolvimento que incidem sobre a economia extrativista no Brasil, bem como para a Antropologia Jurídica e para o campo dos Direitos Humanos.

Também na categoria doutorado, o artigo “Da tortuosa elucidção do trágico: a agência da noção de bullying em meio a eventos extremos de violência juvenil”, de autoria de Juliane Bazzo (PPGAS/UFRGS), orientado pela professora Cornelia Eckert, tem a originalidade de tratar etnograficamente do *bullying*, percorrendo-o a partir de escolas no Rio Grande do Sul, do estudo da Associação Anjos de Realengo (RJ) e de programas de prevenção e combate ao *bullying* nos EUA. A autora demonstra, a partir das distintas implicações nos usos do conceito contemporaneamente, a importância da discussão para o campo dos direitos humanos, especialmente pela recente politização que acompanha o debate. Por fim, o artigo relaciona de forma instigante a agência do *bullying* com o tema da violência juvenil e como aquela categoria é introduzida nas narrativas escolares brasileiras associadas a diversas formas de assédio e agressão.

Já na categoria mestrado, o artigo de Alexandre Kunsler, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS, orientado pela professora Fernanda Bittencourt Ribeiro, intitula-se “A Vida em Devir como forma de Resistência: Etnografia de uma Sobrevivência ‘entre-políticas’”. O artigo é resultado de uma experiência etnográfica de Alexandre, de longa duração (3 anos), acompanhando, enquanto educador social, um jovem chamado de “Xirú”, nascido

numa periferia da cidade de Porto Alegre, negro, deficiente físico e egresso do sistema socioeducativo. De forma original, a etnografia discute como um conjunto de tecnologias de governo, caracterizadas como políticas públicas de educação, saúde e assistência social, podem deixar marcas irreversíveis no corpo e na subjetividade das pessoas por elas afetadas. Nesse sentido, o trabalho traz uma contribuição importante para promoção dos Direitos Humanos, na medida em que implica numa revisão crítica de políticas públicas voltadas prioritariamente para os direitos violados, abrindo espaço para um aprofundamento sobre as tecnologias de governo e os modos de subjetivação implicados.

Ainda na categoria mestrado, o trabalho “De canoa até o hospital: Processos de transformação e medicalização das práticas de parto em quilombos do Recôncavo Baiano”, de Naiara Maria Santana dos Santos Neves, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, orientado pelo professor Felipe Bruno Martins Fernandes, traz uma abordagem sensível e atenta sobre as concepções, práticas e memórias relativas ao parto em comunidades quilombolas do recôncavo baiano, tendo como objetivo compreender o processo de transformação no padrão de assistência à saúde, mais especificamente, ao parto e ao puerpério. O tema se revela muito pertinente porque discute sobre os saberes, práticas e técnicas de parteiras tradicionais, cosmologia não hegemônica que vem sofrendo historicamente o que a autora denominou de um “etnocentrismo sanitário” por parte da Biomedicina. A abordagem também é inovadora no sentido de discutir a situação atual das parteiras, as controvérsias sobre seu trabalho, as situações sistêmicas de discriminação, criminalização e conflitos que têm sido insuflados pelas autoridades biomédicas.

Na categoria graduação, o artigo “O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre”, de autoria de Caroline Silveira Sarmiento, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientado pela professora Patrice Schuch, aborda uma questão crucial para o entendimento das desigualdades de gênero e classe no Brasil, ao privilegiar as mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre, e a invisibilidade a qual estão submetidas, com a consequente

ausência de políticas públicas e espaços para a formação do debate sobre esta condição. Por meio de pesquisa de campo, revisão de literatura e uma postura engajada no que chama de “etnografia pública”, a autora percorre sua trajetória de pesquisa a partir da biografia de Rita, uma mulher negra em situação de rua e seu ativismo através da publicação de jornais e na expressão das mazelas que ceifam vidas de pessoas em situação de rua, seja por doenças e atendimento inadequado nos serviços de saúde e de assistência, seja por extermínio sumário nas ruas e calçadas. Assim, o trabalho expõe as fragilidades e vulnerabilidades sociais e programáticas que condicionam a opinião pública e as ações do Estado na gestão de pessoas em situação de rua para evidenciar o modo como essas vulnerabilidades aumentam exponencialmente quando o público é de mulheres, negras, pobres, nas ruas.

Finalmente, ainda em nível de graduação, o trabalho “O encontro de justiças: transposição e subversão da modernidade em práticas de justiça no Timor-Leste contemporâneo”, de autoria de Henrique Romanó Rocha, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), orientado pelo professor Daniel Schroeter Simião, recebeu a menção honrosa. Ele apresenta uma questão relevante tanto no campo da antropologia quanto no campo dos direitos humanos: a tensão entre formas ocidentais e “modernas” na administração de justiça chamada de “justiça formal” e formas locais de administração de conflitos que o autor chama de “justiça tradicional”. O artigo traz uma dedicada descrição da complexidade de atores e sentidos de justiça a partir da análise etnográfica das *Mobile Courts* em Timor-Leste. O autor mostra de forma apurada a relação e articulação entre atores não só coloniais e locais, mas também do campo internacional dos Direitos Humanos, nos processos de construção de um Estado-nação – Timor-Leste.

Em termos gerais, gostaríamos de destacar que todos os artigos, fruto de empreendimentos etnográficos compromissados e intensos, contribuem com a visibilização de discussões centrais no campo da Antropologia e dos Direitos Humanos. Tais discussões mostram a interlocução profícua entre os autores e os grupos sociais em questão: mulheres em situação de rua, parteiras tradicionais, quilombolas, piaçabais, jovens, comunidades rurais, educadores sociais,

formuladores de políticas públicas. Todos esses atores se tornam sujeitos fundamentais nos processos de luta por reconhecimento e demanda de direitos, seja contestando e reclamando por ações e decisões públicas e oficiais, seja definindo, mediando e/ou decidindo em nome do Estado. Através desses processos, podemos ver como esses atores vão fazendo o Estado e o tornando mais ou menos inteligível. Ao mesmo tempo, através desses processos vão se definindo e legitimando, ou não, direitos sociais e civis, em um contínuo caminho de inclusão e exclusão de demandas, direitos, corpos e sujeitos. Direito à saúde, à circulação, à educação, ao respeito de modos tradicionais de viver, e, principalmente, à dignidade humana, nas suas dimensões social, moral e pessoal, se tornam temas essenciais na discussão sobre os direitos humanos. Em tempos em que o “insulto moral” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002) tem se tornado moeda comum de uma política de governo e de difusão pública de ataques a “minorias”, é essencial renovar nossos votos e lutas pelo respeito e reconhecimento da diversidade e da diferença.

Com essas considerações iniciais, desejamos a todos uma boa leitura e a continuidade de empreendimentos como os aqui apresentados. Parabéns aos premiados e a todos os participantes!

Lucía Eilbaum

Professora de Antropologia/UFF
Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos/ABA

Patrice Schuch

Professora de Antropologia/UFRGS
Membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA

Gisele Fonseca Chagas

Professora de Antropologia/UFF
Membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA